



# Anais da Assembleia

N.º 13

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 18 DE MARÇO DE 1985

ANO XI

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

ATA DA 9.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 18 DE MARÇO DE 1985.

(Segunda-Feira)

Presidência do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, Secretariada pelos Senhores Deputados: Péricles Pacheco e Gilberto Carvalho.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Ailton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (57). Achando-se em licença o Senhor Deputado Fuad Nacli (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

Mensagens:

MENSAGEM Nº 48/85

*Prop. 53/87*

Curitiba, 1.º de março de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados em 16 de agosto de 1984, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os Municípios adiante mencionados, objetivando a adoção de ação conjunta para a execução de obras integrantes do PROJETO PROSAFRAS:

Município  
AMAPORÁ

EXPEDIENTE:

N.º do Convênio  
10/84

BARBOSA FERRAZ	26/84
BOM SUCESSO	34/84
CAFELÂNDIA	38/84
CAMBÉ	41/84
CAMBIRA	42/84
CONSELHEIRO MAIRINCK	66/84
DOURADINA	78/84
DOUTOR CAMARGO	79/84
FÊNIX	83/84
FRANCISCO ALVES	91/84
GOIOERÊ	94/94
GUARACI	100/84
ICARAÍMA	107/84
ITAÚNA DO SUL	121/84
JANDAIA	129/84
JANIÓPOLIS	130/84
KALORÉ	141/84
MAMBORE	151/84
MARILENA	161/84
MARUMBI	166/84
MOREIRA SALES	173/84

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação oficial merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

— A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 49/85

*Prop. 55/85*

Curitiba, 01 de março de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados em 22 de novembro de 1984, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os Municípios adiante mencionados, objetivando a adoção de ação conjunta para a execução de obras integrantes do PROJETO PROSAFRAS:

Município	N.º do Convênio
ASSIS CHATEAUBRIAND	21/84
CIDADE GAÚCHA	61/84
CRUZ MACHADO	71/84
GUAPIRAMA	98/84
ITAJAÍ	120/84
IVATUBA	124/84
NOVA PRATA DO IGUAÇU	185/84
PRANCHITA	218/84
RIBEIRÃO DO PINHAL	234/84
SANTA HELENA	251/84
SANTO INÁCIO	261/84
SÃO JOÃO	264/84
SÃO JORGE DO IVAÍ	268/84
SAPOEMA	279/84

O interesse público na aprovação da medida ora submeti-

da à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

— À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 50/85

*Prop. 56/85*

Curitiba, 01 de março de 1.985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio celebrado em 07 de novembro de 1984, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e o Município de MEDIANEIRA, objetivando a implantação de serviços de segurança contra incêndios e de socorros públicos.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

— À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 51/85

*Prop. 54/85*

Curitiba, 01 de março de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Termos de Convênio de Cooperação Administrativa e Financeira, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, a Empresa de Obras Públicas do Paraná - EMOPAR e os Municípios adiante mencionados, objetivando a execução de reparos nas Delegacias de Polícia dos municípios signatários:

Municípios	N.º e data da celebração
ADRIANÓPOLIS	289/84 - 15/08/84
ALMIRANTE TAMANDARÉ	287/84 - 15/08/84
ANDIRÁ	372/84 - 20/11/84
ARAPONGAS	370/84 - 20/11/84
ARAUCÁRIA	371/84 - 20/11/84
BANDEIRANTES	290/84 - 15/08/84
CAMBARÁ	297/84 - 15/08/84
CERRO AZUL	373/84 - 20/11/84
CÊU AZUL	296/84 - 15/03/84
CIDADE GAÚCHA	374/84 - 20/11/84
CORNÉLIO PROCÓPIO	406/84 - 20/11/84
ENÉAS MARQUES	375/84 - 20/10/84
FRANCISCO ALVES	377/84 - 20/11/84
ICARAÍMA	382/84 - 20/11/84
ITAMBÉ	379/84 - 20/11/84
ITAJAÍ	381/84 - 20/11/84
JAGUARIAÍVA	384/84 - 20/11/84
JESUITAS	385/84 - 20/11/84

Município

N.º e data da celebração

JUSSARA	383/84 - 20/11/84
LOANDA	305/84 - 15/08/84
MALLET	387/84 - 20/11/84
MARIALVA	389/84 - 20/11/84
MARILENA	386/84 - 20/11/84
MARILUZ	390/84 - 20/11/84
MARIÓPOLIS	308/84 - 15/08/84
NOVA ESPERANÇA	391/84 - 20/11/84
PALMAS	392/84 - 20/11/84
PALMITAL	312/84 - 15/08/84
PEABIRU	393/84 - 20/11/84
QUATIGUÁ	394/84 - 20/11/84
QUATRO BARRAS	407/84 - 20/11/84
QUITANDINHA	313/84 - 15/08/84
RESERVA	318/84 - 15/08/84
ROLÂNDIA	395/84 - 20/11/84
SALTO DO LONTRA	320/84 - 15/08/84
SANTA CRUZ DO MONTE CASTELO	396/84 - 20/11/84
SANTA IZABEL DO OESTE	398/84 - 20/11/84
SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE	399/84 - 20/11/84
SÃO JOÃO	323/84 - 15/08/84
SÃO JORGE DO OESTE	400/84 - 20/11/84
SÃO MIGUEL DO IGUAÇU	325/84 - 15/08/84
SIQUEIRA CAMPOS	401/84 - 20/11/84
TIBAGI	326/84 - 15/08/84
TOMAZINA	402/84 - 20/11/84
UBIRATÁ	403/84 - 20/11/84
UNIFLOR	404/84 - 20/11/84
VITORINO	405/84 - 20/11/84

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

— À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 52/85

*Prop. 57/85*

Curitiba, 01 de março de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Termos de Convênio de Cooperação Administrativa e Financeira, celebrados em 20 de novembro de 1984, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, a Empresa de Obras Públicas do Paraná - EMOPAR e os Municípios adiante mencionados, objetivando a construção de prédios destinados às Unidades Policiais Militares, dos municípios signatários:

Município	N.º do Termo
BARRAÇÃO	435/84
CAMBÉ	437/84
GUARANIAÇU	434/84
JAGUARIAÍVA	433/84
MARILÂNDIA DO SUL	436/84
TOLEDO	438/84

O interesse público na aprovação da medida ora subme-

tida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado

— À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 53/85.

Curitiba, 01 de março de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Termos Aditivos a Convênios de Cooperação Administrativa e Financeira, celebrados em 15 de agosto de 1984, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e os Municípios adiante mencionados, objetivando a execução de reparos nas Cadeias e Delegacias de Polícia dos municípios signatários:

Município	Data do Aditivo
BANDEIRANTES	05/10/84
LOANDA	20/09/84
RESERVA	20/09/84

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado

— À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 56/85.

Curitiba, 11 de março de 1985.

Senhor Presidente.

Através da Mensagem n.º 142/84, de 13 de julho de 1984, encaminhei a essa Augusta Casa de Leis, anteprojeto de lei objetivando reformular a estrutura administrativa do Tribunal de Contas do Estado, bem como alterar seu Quadro de Pessoal Efetivo e adotar outras providências. Tal proposição teve origem em expediente que me foi encaminhado pelo então presidente daquela Corte de Contas.

Atendendo ponderações do Conselheiro Armando Queiroz de Moraes, atual Presidente do Tribunal de Contas do Estado, no sentido da necessidade de reexame da medida, solicitei a essa Casa de Leis, via Mensagem n.º 01/85, a restituição da matéria, que já havia sido convertida em Projeto de Lei, sob o número 168/84, conforme Substitutivo apresentado pelo Relator Deputado Anibal Khury, da Comissão de Constituição e Justiça, aprovado também pelas Comissões de Finanças e de Recursos Humanos.

A anexa cópia autêntica do Ofício n.º 233/85, de 06 do corrente mês, da Presidência do Egrégio Tribunal de Contas, consubstanciando o resultado da nova análise procedida, adota os termos do supracitado Substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça, com algumas alterações conforme menciona, todas simplesmente visando atualização ou melhor explicitação de dispositivos do Projeto, e, portanto, não implicando, a rigor,

em alterações de vulto.

Assim, Senhor Presidente, tenho a honra de fazer retornar o assunto a essa Augusta Casa de Leis, para seguir normal tramitação, na forma do Projeto de Lei n.º 168/84, mantidos os respectivos anexos e com as sugestões da Presidência do Tribunal de Contas, conforme seu Ofício 233/85.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado

— À Diretoria Legislativa.

142/84

Curitiba, 13 de julho de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva reformular a estrutura dos serviços administrativos do Tribunal de Contas do Estado, bem como alterar seu Quadro de Pessoal Efetivo e adotar outras providências.

A proposição ora formulada a essa Augusta Casa de Leis, decorre das razões expendidas no Ofício n.º 101/84, de 29 de fevereiro de 1984, da Presidência do Egrégio Tribunal de Contas, cujo inteiro teor, em cópia autêntica, segue em anexo.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI N.º 168/84

Art. 1.º — O Quadro de Pessoal efetivo do Tribunal de Contas do Estado passa a ser o constante do Anexo I, da presente Lei.

Art. 2.º — A denominação e classificação dos cargos, o grupo ocupacional a que pertencem, bem como as respectivas séries de classes, passam a ser as constantes do Anexo II, com as respectivas correlações de enquadramento.

Art. 3.º — Os cargos constantes do Anexo II, que não existiam na estrutura anterior, ficam criados por esta Lei, com as respectivas denominações, classe, referência e percentuais de vencimento.

Art. 4.º — Os cargos de provimento em comissão, previstos no Anexo II, da Lei n.º 7077, de 03 de janeiro de 1979, atualmente pertencentes à simbologia DAS-4, passam a pertencer à Simbologia DAS-3.

Parágrafo único — O cargo de provimento em comissão de Diretor Geral passa a denominar-se Diretor Secretário do Tribunal de Contas e os cargos de provimento em comissão de Inspetor Geral de Controle e Diretor, passam a denominar-se Diretor de Departamento.

Art. 5.º — O art. 4.º da Lei 7077/79, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4.º — Os serviços administrativos do Tribunal de Contas compõem-se de:

- I — Secretaria Geral;
- II — Departamento de Administração de Recursos Humanos;
- III — Departamento de Administração Contábil e Financeira;
- IV — Departamento de Administração Patrimonial;
- V — Departamento de Controle de Órgãos Estaduais;
- VI — Departamento de Controle de Órgãos Municipais;
- VII — Departamento de Controle de Empresas Públicas;

- VIII – Departamento de Controle de Auxílios e Subvenções;
- IX – Departamento de Controle da Receita;
- X – Departamento Jurídico;
- XI – Departamento de Expediente e documentação;
- XII – Gabinete da Presidência;
- XIII – Gabinetes dos Conselheiros, Auditores, da Corregedoria Geral e da Procuradoria Geral do Estado junto ao Tribunal;
- XIV – Coordenadoria de Processamento de Dados, de Engenharia, de Relações Públicas e de Assistência ao Plenário”.

Art. 6.º – Para complementação da estrutura mencionada no art. 5.º, desta Lei, ficam criados os seguintes cargos em comissão, no Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas:

- I – 03 (três) cargos de Diretor de Departamento, símbolo DAS-3;
- II – 04 (quatro) cargos de Coordenador, símbolo DAS-4.

Parágrafo único. Os cargos criados pelo “caput” deste artigo terão seus serviços e atribuições definidos por ato do Tribunal, bem como a regulamentação das atividades dos respectivos Departamentos e Coordenadorias, no prazo máximo de 30 (trinta) dias da publicação da presente Lei.

Art. 7.º – Os vencimentos dos funcionários do Tribunal de Contas serão fixados para cada classe com base no vencimento do cargo de Técnico de Controle TC-I-Classe A – Referência I, observando os índices percentuais estabelecidos na Tabela de Escalonamento Vertical contida no Anexo I, desta Lei.

Parágrafo único. O vencimento mensal do cargo de Técnico de Controle TC-I-Classe A – Referência I, é fixado em Cr\$ 677.348 (seiscentos e setenta e sete mil e trezentos e quarenta e oito cruzeiros).

Art. 8.º – O funcionário promovido horizontalmente perceberá um acréscimo no vencimento nos seguintes percentuais: 2% (dois por cento) na referência II, 4% (quatro por cento) na referência III e 6% (seis por cento) na referência IV, calculados sobre o valor do vencimento mensal do cargo de Técnico de Controle TC-I-Classe A – Referência I.

Art. 9.º – A elevação do funcionário à referência ou à classe imediatamente superior àquela que pertencer, dentro da mesma série de classe, bem como o ingresso na inicial, será regulamentado por ato do Tribunal, obedecidos os critérios de tempo de serviço, formação profissional e desempenho funcional, que será apresentada no prazo de 30 (trinta) dias da publicação da presente Lei.

Art. 10 – Ficam criados no Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas, 22 (vinte e dois) cargos de Consultor Técnico, com vencimentos fixados no percentual de 106% (seis por cento), do valor fixado no parágrafo único do Art. 7.º.

Parágrafo único. Os cargos de Consultor Técnico de que trata este artigo serão preenchidos por funcionários efetivos do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas, obedecido o critério de desempenho funcional, formação profissional e tempo de serviço.

Art. 11 – Ficam mantidas as demais disposições das Leis n.ºs 7077, de 03 de janeiro de 1979 e 7665, de 28 de outubro de 1982, que não conflitem com o disposto nesta Lei.

Art. 12 – Fica incluído na Tabela II, do Anexo V, da Lei n.º 7665/82, o cargo de Consultor Técnico, pelo mesmo valor concedido ao cargo de Técnico de Controle.

Art. 13 – Ficam extintos os cargos de provimento efetivo

de Auxiliar de Serviços, código TC-AD-302, níveis 17 e 18, previstos no Anexo III, da Lei n.º 7665/82.

Art. 14 – Fica transformado um cargo de provimento efetivo de Oficial de Controle, código TC-AM-200, nível 9, em um cargo de provimento efetivo de Médico, classe A, Referência I, este já previsto no Anexo II, ficando resguardado ao ocupante daquele cargo o direito de optar pelo novo, no prazo de 30 (trinta) dias, desde que comprove ter o nível profissional exigido para o mesmo.

Art. 15 – Ficam incluídas na estrutura administrativa do Tribunal de Contas 14 (quatorze) Funções Gratificadas, símbolo 1-F, correspondentes a Chefe de Divisão que serão instituídas por ato do Presidente, de acordo com a necessidade dos serviços.

Art. 16 – Fica o Poder Executivo autorizado a transformar cargos no Quadro Próprio do Tribunal de Contas, mediante Decreto e sob proposta do Tribunal, desde que esta transformação não implique em aumento de despesa.

Art. 17 – As despesas com a execução desta Lei correrão à conta do orçamento próprio do Tribunal de Contas do Estado.

Art. 18 – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

– À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 57/85.

Curitiba, 12 de março de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios de Cooperação Técnica e Financeira números 27/84 e 118/84, celebrados em 22 de novembro de 1984, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e, respectivamente, os Municípios de BARRAÇÃO e ITAMBARACÁ, objetivando a execução de obras integrantes do PROJETO PROSAFRAS.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

– À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 58/85.

Curitiba, 12 de março de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio n.º 334/84, celebrado em 26 de setembro de 1984, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul – SUDESUL, objetivando a proposição de subsídios com vistas à formulação de uma política de desenvolvimento urbano para a Região Sul.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

- À Diretoria Legislativa.

## Requerimentos

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, com base no Regimento Interno da Casa, o adiamento da discussão e votação, por 10 (dez) sessões, para o Projeto de Lei n.º 179/84, de minha autoria e constante da Ordem do Dia marcada para a sessão de hoje.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1985.

(a) ANIBAL KHURY

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, de acordo com o Artigo 11 da Constituição do Estado do Paraná e com o Artigo 14 do Regimento Interno desta Assembléia Legislativa, licença de 15 dias para tratamento de saúde, a partir de 18 de março do corrente ano.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1985.

(a) FUAD NACLI

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DO PARANÁ  
SERVIÇO DE INSPEÇÃO DE SAÚDE  
LAUDO MÉDICO N.º 05/85

Aos dezoito dias do mês de março de 1985, a Junta Médica infra-assinada, tendo procedido a inspeção de saúde em FUAD NACLI, concluiu achar-se o mesmo com 592,0 - 250 (diagnóstico de acordo com a nomenclatura internacional de doenças e causas de morte) necessitando de 15 (quinze) dias de licença para tratamento, a partir de 18/03/85.

(aa) MÉDICO CHEFE DA JUNTA

MEMBRO

MEMBRO

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, REQUER regimentalmente que, após ouvido o Douto Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. TADEU COCO DENIS, pioneiro de Campina da Lagoa, vitimado em acidente de trabalho, ocorrido hoje nesta Capital.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja levado ao conhecimento dos familiares, no seguinte endereço: Rua Conselheiro Zacarias, s/n, 87.346, Campina da Lagoa - PR.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1985.

(a) AUGUSTO CARNEIRO

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, a consignação em ata da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. JOSÉ SAAD, ocorrido ontem, dia 17, às 13 horas.

O extinto era pessoa muito estimada em Araucária, sendo

admirado pelo grande apego à família, pela bondade com que tratava os amigos e pela dedicação ao trabalho.

Outrossim, solicito que da decisão deste Plenário, seja dada ciência à família enlutada, na pessoa do Sr. Pedro Saad, Rua Presidente Carlos Cavalcanti, 168, Araucária, Paraná.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1985.

(a) ANIBAL KHURY

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja consignado nos Anais da Casa, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. JOSÉ CAVASSIN, ocorrido no dia 14 do mês em curso, nesta Capital.

O extinto era funcionário aposentado do EBCT, vindo causar o seu falecimento enorme consternação aos familiares e amigos.

Requer, ainda, seja dada ciência dessa decisão à família enlutada, na Rua Joaquim C. Silva, 33, Santa Quitéria.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1985.

(a) IVAN GUBERT

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que, após ouvido o douto Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos da sessão de hoje, votos de congratulações pela passagem do 21.º aniversário do Município de Telêmaco Borba, a ser comemorado no dia 21, do mês em curso.

Requer, outrossim, que seja dado conhecimento ao Executivo e Legislativo daquele município, que se transforma com grande rapidez, mas que não perde as suas características de origem.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1985.

(a) PÉRICLES PACHECO

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que após ouvido o douto Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos da sessão de hoje, votos de congratulações pela passagem do aniversário do Município de Tibagi, que transcorre em data de hoje, 18 de março.

Requer, outrossim, que seja dado conhecimento ao Executivo e Legislativo daquele município: que se transforma com grande rapidez, mas que não perde as suas características de origem.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1985.

(a) PÉRICLES PACHECO

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja enviado cumprimentos ao jornalista ROBERTO MARI-NHO, Diretor-Presidente das Organizações Globo, pela brilhante divulgação do Programa de Eletrificação Rural Comunitária, que está sendo levado pela Secretaria de Estado do Interior, sob a orientação do brilhante Secretário Nelson Friedrich, apresentado no Programa Globo Rural do dia 17/03/85.

Tal objetivo se faz necessário, pois ao mesmo tempo em que os parlamentares paranaenses almejam a inclusão do programa de Eletrificação Rural Comunitária Estadual, no plano de ação do Governo Federal, no Paraná, através desta proposta de solidariedade social que constitui por si mesma uma grande vitória do senso de coletividade, regiões que não conseguiriam até mesmo ser enquadradas no programa CLIC-Rural, começam a receber os benefícios da eletrificação rural.

Em nosso Estado, 150 pequenos proprietários rurais de baixa renda nos municípios de baixa renda, Ponta Grossa e Guarapuava, converteram-se nos primeiros beneficiários do mutirão energético que está sendo conseguido a um preço de 70 por cento abaixo dos padrões convencionais da própria COPEL, as vantagens da eletrificação rural, certamente ajudarão a fixação do homem no campo, para que o mesmo não venha a ser marginalizado nas zonas periféricas das grandes cidades.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1985.

(a) TADEU FRANÇA  
REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Agricultura, objetivando a designação de um médico veterinário para atendimento junto ao Posto de Monta, localizado na municipalidade de Terra Boa.

A designação de um profissional na área de medicina veterinária para prestar atendimento através do Posto de Monta em Terra Boa é de fundamental importância. Já que com a contratação de tal elemento, será possível oferecer aos interessados, uma verdadeira assistência e orientação, no que diz respeito a animais utilizados na execução de serviços realizados na lavoura, como os de tração animal, por exemplo.

Espera-se, deste modo, que essa Secretaria de Estado da Agricultura dê o encaminhamento correto ao que ora é postulado, pois sem dúvida alguma, trata-se de uma importante reivindicação para o meio rural de Terra Boa.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1985.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, José Richa, para que sejam estudadas as reais possibilidades de se liberar recursos de ordem financeira a serem aplicados na construção de uma sede própria, para o Sindicato dos Trabalhadores Rurais existente na municipalidade de Roncador.

Sancionado pelo Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, através da Lei n.º 7906, do dia 09 de agosto de 1984, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Roncador tornou-se órgão de utilidade pública: graças aos importantes serviços que aquela entidade classista tem prestado ao longo de sua existência, não somente para o setor que representa, mas para a sociedade de um modo geral, foi o fator preponderante utilizado quando da apresentação do então projeto de lei apresentado pelo Deputado que abaixo subscreve.

Nos dias de hoje, fora de qualquer dúvida que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais daquela progressista cidade, tem mais

e mais tido uma atuação verdadeiramente eficiente, quanto a representação dos legítimos interesses dos seus associados, que têm manifestado inequivocamente, o apoio e respaldo necessário à Diretoria.

São inúmeras as metas do Sindicato. Mas, no entanto, o que mais se destaca, como meta prioritária, seguramente diz respeito à campanha que está sendo desenvolvida no sentido da construção de sua sede própria.

Neste sentido, em face dos contatos já mantidos por seus líderes sindicais, já foi conseguido a doação de uma área para tal, através de decisão do Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, Augusto Becher.

Junto ao Poder Legislativo local, em reunião realizada no recinto da Câmara Municipal, seus integrantes aprovaram requerimento de autoria do nobre Vereador da Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, o Excelentíssimo Senhor Joaquim Rodrigues da Silva. Naquela mesma oportunidade fora feito um breve relato, em que a referência maior, além dos destaques ao espírito de luta do trabalhador rural, foi quanto à necessidade premente de haver recursos que sejam capazes de assegurar a construção da preconizada sede.

Espera-se, portanto, do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, José Richa, o encaminhamento de medidas que atendam os interesses do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Roncador, liberando recursos necessários.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1985.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado dos Transportes, objetivando a liberação de recursos orçamentários para a construção de uma ponte sobre o Rio Água da Rã, na localidade de Taquarimbé, pertencente à municipalidade de Araruna.

De iniciativa do Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal de Araruna, Osvaldo Valarini, este afirma de acordo com ofício remetido, ser de fundamental importância a construção de uma ponte sobre o citado manancial hídrico.

No entanto, face a exigüidade de recursos junto às finanças do município, faz-se necessário a colaboração por parte dessa Secretaria de Estado dos Transportes, dentro da programação do "Pró-pontes", assegurando os recursos necessários para tal.

Espera-se, portanto, o encaminhamento de medidas que resultem na concretização do que ora é reivindicado, cuja importância para Taquarimbé é incontestável.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1985.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, encarecendo a destinação de um rádio amador para o módulo policial construído recentemente na municipalidade de Sertãoópolis.

Preocupada em manter a ordem pública e reprimir qualquer tipo de ato que atende a moral e os bons costumes, assim como ao patrimônio de uma maneira geral, a Administração Municipal e o Organismo Policial existente em Sertãoópolis, tem atuado no sentido de garantir a tranquilidade ao conjunto da população.

Medidas estão sendo postas constantemente em prática, onde a população, organizadamente, não tem se omitido ante a necessidade de sua própria participação para a solução das eventuais dificuldades que possam existir.

Como resposta concreta, dentre as muitas existentes, destaca-se a construção de mais um módulo policial. Esta mesma unidade, dada a descentralização no atendimento, tem agido com bastante eficácia aos reclamos do cidadão de Sertãoópolis, num menor espaço de tempo.

No entanto, para que o atendimento seja ainda mais eficiente e rápido, há a real necessidade de se ter um rádio amador modelo VHF, que, sem dúvida alguma, permitirá uma comunicação mais ágil com as demais unidades.

De acordo com a iniciativa manifestada pelo Excelentíssimo Sr. José Aparecido Rafaeli, Prefeito Municipal, e do Excelentíssimo Sr. Jarbas Barreiros, Delegado Titular da Divisão local, espera-se dessa Secretaria de Estado da Segurança Pública o pronto atendimento do que ora é reivindicado.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1985.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja remetido o envio de telex ao Presidente da República em exercício, JOSÉ SARNEY, e a Excelentíssima Sra. RISOLETA NEVES, solicitando-lhes que acenem com uma resposta ao grande anseio do povo brasileiro que está pretendendo, ao menos, ver no vídeo o Presidente eleito Tancredo Neves. Lembrando que em passado recente, a população brasileira pode acompanhar de perto as evoluções da enfermidade e recuperação do ex-Presidente João Figueiredo, mesmo quando no leito hospitalar, seria imensamente oportuno que não mais se ocultasse a imagem do Presidente, aos olhares da população que, perplexa e envolva em véus de mistério e distanciamento de seu popularíssimo líder, vai tecendo a sua maneira, as mais controvertidas versões em torno dos fatos que estão acontecendo em Brasília.

Se por um lado, os dados otimistas veiculados pelos boletins médicos trazem alento e conforto, a presença de Tancredo Neves no vídeo haverá de contribuir muito para o desvanecimento de versões paralelas que estão surgindo em meio ao nosso povo, ocasionando um clima de apreensão generalizado.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1985.

(a) TADEU FRANÇA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado JOSÉ ANTONIO FONSECA, ao final assinado, exercendo as suas atribuições mandatárias, na forma regimental e amparado pelo explicitado no Manifesto, no Programa, no Estatuto e no Código de Ética do PMDB, ante o fato novo da República, de

empossamento de um governo comprometido com essas diretrizes, REQUER de Vossa Excelência, após aprovação do Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro dos Transportes, Doutor Afonso Alves de Camargo Netto, pedindo que ele determine a paralisação imediata de todas as balanças de fiscalização de peso de cargas transportadas por veículos rodoviários, em todas as estradas do Estado do Paraná, onde estejam em operações, até que se verifique a real utilidade desse instrumental; e, em cobertura dessa determinação, ordene, Sua Excelência, a instauração de inquérito administrativo a nível ministerial, para apurar desde as origens dessas balanças nas estradas, até os seus efetivos operacionais e respectivo montante de multas geradas, ouvindo no feito, motoristas e transportadores de cargas.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1985.

(a) JOSÉ ANTÔNIO FONSECA.

#### JUSTIFICATIVA:

1- A prática de geração de multas aliada à prepotência dos operadores e a incontestabilidade da pena econômica imposta configura o crime político de LOCUPLETAMENTO DE GOVERNO operado por coação instrumental irresistível, o que constitui PROVOCAÇÃO por abuso de poder, que legitima as respectivas vítimas para as ações de autodefesa. Pois, se inclui entre os DIREITOS UNIVERSAIS DO HOMEM, o direito ao TRABALHO e aos lucros que dele emanam, diante de cujo quadro jurídico que daí emerge, esse tipo de "serviço do governo" não tem amparo legal e nem suporte humano.

2. Eis que os tributos devidos ao Governo têm suas formas legais de arrecadação, dentro das quais, as cargas saem legalizadas na origem. E, mesmo no âmbito do Direito Tributário, o nosso sistema jurídico não admite a condenação sumária, sem que tenha se estabelecido o contraditório da instrução. A pena econômica é repelida pela estrutura do DIREITO; e só é exercitável nos regimes discricionários dos Estados de Exceção, em cuja conceituação se incluiu o Estado Brasileiro, durante os 21 anos de ditadura. Agora, porém, com um Governo comprometido com a RESTAURAÇÃO DA ORDEM INSTITUCIONAL DA REPÚBLICA, temos como tarefa preliminar a limpeza do entulho de autoritarismo que ainda resta por toda a parte, de cujo, esse instrumental de balanças rodoviárias de fiscalização de pesos de cargas, não pode ser tolerado por mais nenhum dia, diante do que vêm sofrendo os nossos trabalhadores na atividade de transportes de cargas rodoviárias; cuja situação de afronta e de desmandos, já é do conhecimento do Senhor Ministro, por telex do Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas no Estado.



3. Não podemos pois, deixar que as ações de autodefesa, por parte das vítimas desse instrumental, se instaurem, porque, isso acontecendo, criará de imediato, uma situação insustentável para os ideais de "conciliação" do novo Governo. Pois, é a categoria dos motoristas e transportadores de cargas que suprem a produção e o consumo da Nação; formando, por conseguinte, com o petróleo, uma só força energética, e por sinal, a força básica do nosso sistema econômico.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER seja encaminhada ao Ministério da Educação e Cultura, com cópias à Bancada Paranaense no Congresso Nacional, ao Governador José Richa, e à Secretária de Estado da Educação no Paraná, Professora Gilda Poli Rocha Loures, solicitação no sentido de que, a exemplo de outras Universidades da Federação, também o Estado do Paraná, passe a contar com escolas agrotécnicas (escolas-fazendas), mantidas pela União, através da Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário (COA-GRI).

Sala das Sessões, em 18 de março de 1985.

(a) EDMAR LUIZZ COSTA.

#### JUSTIFICATIVA:

Não obstante seja um Estado eminentemente agrícola, contribuindo em grande escala para o abastecimento do País e mesmo para a exportação de grãos, não conta o Paraná com nenhuma escola agrícola federal.

Sabe-se, todavia, que o Ministério da Educação e Cultura, através da Coordenadoria Nacional do Ensino Agropecuário (COA-GRI), mantém, em diferentes Estados, nada menos que 33 escolas agrotécnicas, destinadas ao ensino especializado de 1. e 2. graus. Porém, nenhuma delas está situada no Paraná.

Já a Secretaria da Educação, apesar de manter em funcionamento dez (10) escolas agrícolas, não consegue atender à demanda. Nem tampouco respondem as unidades existentes às peculiaridades de cada região do Estado. Em 1984, por exemplo, apenas 1674 jovens lograram matricular-se em tais escolas, enquanto no total, o ensino médio oficial e regular contava, no mesmo ano, com 1.034.377 alunos matriculados. Além disso, a falta de recursos, o corte de verbas e a indefinição do setor tornam cada vez mais delicada a situação do ensino agrícola em nosso Estado.

Em razão disso, é inadiável que se procure sensibilizar o Governo Federal pa-

ra o problema, especialmente agora quando novas perspectivas se abrem para a democratização das decisões.

O Paraná precisa e quer ampliar o seu ensino agrícola. Só assim conseguirá amparar os filhos dos agricultores, mantendo-os no campo e melhorando o nível de seus conhecimentos.

Para tanto, o apoio e a participação da União tornam-se imprescindíveis.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberno Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Cultura e Esportes no sentido da liberação de instrumentos musicais para a formação de uma fanfarra para o Colégio Vicente Leporace- Ensino de 1.º e 2.º graus, localizado na Municipalidade de Boa Esperança.

O setor jovem do PMDB local, dentro de um trabalho de conscientização política junto a juventude, tem por outro lado, sentido as preocupações reinantes quanto ao setor educacional. Especificamente, no que diz respeito ao Colégio Vicente Leporace, há a falta de instrumentos musicais para a formação de uma fanfarra, que seria utilizada quando da realização de concentrações cívicas.

Entretanto, face a ausência de recursos por parte daquele educandário, tal iniciativa fica inviabilizada.

Neste sentido, torna-se imprescindível a participação dessa Secretaria de Estado da Cultura e Esportes destinando os instrumentos musicais para tal fanfarra.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1985.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após aprovação do Plenário, o envio de ofício ao Doutor Afonso Alves de Camargo, Mui Digno Ministro dos Transportes, encarecendo providências no sentido de corrigir o sistema de cobrança de multas nas balanças eletrônicas implantadas pelo DNER - Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, nas localidades de Guarapuava, Cascavel e Sprea, ao longo da BR-277.

Solicita ainda, envio de cópia do telex recebido pelo parlamentar subscritor do presente, firmado pelo presidente do SETCPAR, Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas no Estado do Paraná, Senhor Valmor Weiss.



Sala das Sessões, em 18 de março de 1985.

(a) NILSO SGUAREZI.

#### JUSTIFICATIVA:

O Governo Brasileiro, desentronizado neste dia 15 de março, esmerou-se na perseguição do objetivo de aniquilamento de uma raça de fortes, de verdadeiros heróis. Os contínuos aumentos dos combustíveis e do óleo diesel, a taxação de pedágios sangrios em nossas rodovias, as freqüentes liberações para aumento injusto dos preços de serviços, peças, pneus, são fatos que contribuem sobremaneira para o sacrifício da classe de grandes brasileiros, que são os nossos caminhoneiros. Nos últimos dias, um novo descabimento vem sendo denunciado por eles, através da SETCPAR- Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas no Estado do Paraná.

Insurgem-se os profissionais das estradas, responsáveis pelo escoamento das safras agrícolas, respondendo pelo transporte da comida que deve atingir os centros de consumo e as mesas dos brasileiros, respondendo também pela enorme obrigatoriedade de atingir nossos portos, com as cargas destinadas ao mercado externo, contra as multas que lhes são impostas nas balanças eletrônicas instaladas pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem na Rodovia BR-277, em Cascavel, Guarapuava e Sprea. Além do desembolso das multas, os nossos motoristas são obrigados a submeter-se ao irracionalismo, à intransigência, à deseducação e à humilhação com que são tratados pelos operadores das balanças. No telex que recebemos firmado pelo presidente do SETCPAR, Senhor Valmor Weiss, destaca-se que "em cada cinco pesagens, três caminhões são autuados, gerando com isso, trezentas multas diárias. Com o escoamento da safra atual, presume-se que a indústria do excesso de peso por eixo, mantida covardemente nas costas do carreteiro, faturará cinco bilhões de cruzeiros, somente neste ano de 85, naquelas três balanças.

Salientamos, que a importação destas balanças, altamente sofisticadas, foram frutos de negociata com a Alemanha, uma vez que naquele País, elas foram descartadas. Guardadas as devidas proporções, a transação assemelha-se à ocorrida no Governo Geisel, quando da compra da sucata alemã, inservível lá, instalada aqui, na praia de Itaorna (pedra podre, em Tupi-Guarani), em Angra dos Reis, dentro do projeto de implantação de usinas nucleares.

Ainda no documento de Valmor Weiss; os transportadores asseveram ser impossível controlar o peso do eixo, vez que por causa de freadas ou curvas, as cargas, ou vivas ou de grãos, deslocam-se nas carrocerias, pressionando a mais um dos eixos. Já

para evitar o excesso de peso sobre um dos eixos, impossível de se corrigir, os motoristas já fazem suas cargas com uma ou duas toneladas a menos, perdendo também no recebimento do frete.

Somas elevadíssimas foram consumidas tanto na aquisição do equipamento quanto em sua instalação. Entendemos que as balanças já continuarão. No entanto, não deve perdurar o processo de cobrança ali implantado e, por isso, espero receber o apoio desta Casa, no sentido de que seja enviado cópia do telex em mãos, originado no SETCPAR, ao paranaense Affonso Camargo, novo Ministro dos Transportes, solicitando ao eminente coestadano, determinações para que haja maior tolerância dentro de uma faixa de até 20%, quando da pesagem dos caminhões por aquelas balanças. Reclamamos também, para que providências sejam tomadas, no sentido de que haja maior cavalheirismo, compreensão, respeito e educação no trato dos responsáveis pelos equipamentos implantados em Cascavel, Guarapuava e no Sprea.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Digníssimo Secretário de Estado da Administração, Doutor OLÍMPIO DE PAULA XAVIER, solicitando para que através da Superintendência do Instituto de Previdência do Estado- I.P.E., seja criada uma AGÊNCIA daquele órgão no Município de CÂNDIDO DE ABREU.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1985.

(a) ORLANDO PESSUTI.

#### JUSTIFICATIVA:

A inexistência de uma Agência do IPE, em Cândido de Abreu, obriga os funcionários do Estado que trabalham naquele Município, a se deslocarem para outras cidades, todas as vezes que necessitam dos serviços prestados pelo Instituto de Previdência do Estado- IPE.

Tais deslocamentos criam sérios problemas, não apenas pela distância, mas pelas despesas de transportes, estadias, demora no atendimento e obtenção de resultados dos exames laboratoriais, enfim, uma série de motivos que acarretam transtornos, e se constituem em razões suficientes para que os funcionários do Estado que prestam serviços em CÂNDIDO DE ABREU, recebam um atendimento mais facilitado, dentro do próprio Município.

Pelos motivos expostos, aguardamos que a presente solicitação mereça um parecer favorável, o que virá corresponder aos anseios dos servidores públicos de Cândido de Abreu.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Digníssimo Secretário de Estado da Administração, Doutor OLÍMPIO DE PAULA XAVIER, solicitando para que através da Superintendência do Instituto da Previdência do Estado- IPE, seja criada uma AGÊNCIA daquele órgão no Município de MANOEL RIBAS.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1985.

(a) ORLANDO PESSUTI.

## JUSTIFICATIVA:

A inexistência de uma Agência do IPE, em Manoel Ribas, obriga os funcionários do Estado que trabalham naquele Município, a se deslocarem para outras cidades, todas as vezes que necessitam dos serviços prestados pelo Instituto de Previdência do Estado- IPE.

Tais deslocamentos criam sérios problemas, não apenas pela distância, mas pelas despesas de transportes, estadias, demora no atendimento e obtenção de resultados dos exames laboratoriais, enfim, uma série de motivos que acarretam transtornos, e se constituem em razões suficientes para que os funcionários do Estado que prestam serviços em Manoel Ribas, recebam um atendimento mais facilitado, dentro do próprio Município.

Pelos motivos expostos, aguardamos que a presente solicitação mereça um parecer favorável, o que virá corresponder aos anseios dos servidores públicos de Manoel Ribas.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado a sua Excelência o Secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, sugestão para criação e instalação de laboratórios para a fabricação de soro anti-ofídico em nosso Estado.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1985.

(a) GERNOTE KIRINUS.

## JUSTIFICATIVA:

Nossa sugestão vem revestida do interesse e preocupação maior em que seja a comunidade servida à altura, em caso de necessidade decorrente de vir a ser o cidadão prejudicado por animais peçonhentos para cuja medicação se faz necessária a aplicação de soro anti-ofídico.

Informações que obtivemos são estarem cedoras, principalmente diante da indicação da falta de estoque do soro nos hospitais da Capital, bem como do interior. Já que o Estado é um dos grandes fornecedores da matéria prima ao Instituto Butantã e o que menos dose recebe, propomos levantamento de estudos que viabilizem o fabrico do mesmo em nosso Estado.

O Laboratório de Pesquisas Biológicas da Fundação de Saúde do Paraná tem condições para assumir tão relevante papel, pois já fabrica o soro homólogo-anti-rábio, inédito na América do Sul, e com tecnologia própria.

Esperamos, portanto, boa vontade e desprendimento por parte das autoridades da área da Saúde para a devida atenção ao que propomos.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes, Doutor Deni Schwartz, solicitando do mesmo providências no sentido da elaboração do necessário projeto para construção de uma rodovia ligando Maringá à Curitiba.

Conforme cópia heliográfica anexa, a referida rodovia sai da perimetral sul de Maringá, corta a BR-369, seguindo em frente, passando por Marumbi, pelas localidades de Aparecida, Crismaltina, cortando a BR-272, chegando ao Município de Faxinal, seguindo em frente, passando pelas localidades de Vila Rica, Rosário, Palmital e Rio Novo, chegando até a BR-372, na altura da localidade de Faxinal dos Mendes.

A rodovia proposta, incluindo a perimetral sul de Maringá, terá 170 Km, reduzindo a distância entre Maringá e Curitiba em 80 Km.

As precárias condições em que se encontra a atual ligação entre as duas cidades já referidas, passando por Apucarana, vem trazendo muita insegurança aos caminhoneiros, levando-os a preferirem transportar suas cargas - principalmente a produção agrícola da região, particularmente a soja, em direção ao porto de Santos. Resulta daí, enormes prejuízos para o nosso Estado e nossa economia.

A medida que propomos não só traria considerável redução do trajeto, como também, redução de custos. Não devemos, também, deixar de ter em conta que a construção da referida rodovia trará um enorme incremento ao desenvolvimento de toda uma região de nosso Estado, possibilitando um melhor escoamento da produção

agrícola. Finalmente, toda uma produção de uma das mais ricas regiões de nosso Estado voltará a ser exportada por Paranaguá.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1985.

(a) TADEU FRANÇA.

#### Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 17/85

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Senhor RUTILDO PULIDO.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1985.

(a) ERVIN BONKOSKI.

#### JUSTIFICATIVA:

Rutildo Pulido, paulista de nascimento, desde o ano de 1959 vem prestando, através de seu profícuo trabalho junto a LICOPAR, relevantes serviços a comunidade paranaense.

É deveras elogiável a sua ação de trabalho na Liga Comunitária Paranaense de Combate ao Tóxico, não só no tratamento, como também na prevenção. Inúmeras famílias devem a ação da LICOPAR a tranquilidade junto aos seus lares, o que por certo faz de Rutildo Pulido um dos mais merecedores para receber a mais alta honraria de nosso Estado.

O "Curriculum-Vitae" que anexo apresentamos, melhor esclarece a merecedora honraria que através do presente Projeto de Lei estamos propondo à consideração dos Nobres Pares com assento nesta Augusta Casa de Leis.

#### RUTILDO PULIDO

- 1- Nascido em 03 de novembro de 1921-SP.
- 2- Curso primário em Marília (SP), e secundário em Campinas (SP) Colégio Diocesano Santa Maria como prêmio por ter concluído o Primário em 1.º lugar.
- 3- Curso de revisão da Escola Preparatória de Porto Alegre em 1942.
- 4- Foi 3.º Sargento na Fortaleza de São João (2.º GAC)- Rio em 1943.
- 5- Curso regular da Escola Militar de Resende (AMAM) em 1944/46- Arma de Cavalaria.
- 6- Declarado Aspirante a Oficial em 1946- 2.º Tenente em 1947- 1.º Tenente em 1948, Capitão em 1952- Major em 1959- Tenente Coronel em 1965- Coronel em

1974.

Fixou residência no Paraná (Araucária-Coudelaria de Tindiquera) em 1959 e em 1960 foi transferido para Curitiba onde serviu no Hospital Geral de Curitiba e no Quartel General da 5.ª Região Militar.

Teve ação destacada, sob o comando do General José Campos Aragão, na realização da 1.ª Olimpíada do Exército de Curitiba; na programação dos festejos da Semana da Pátria do Paraná, realizando intensa atividade Cívico-Cultural em todo o Estado, na criação e instalação da Delegacia Anti-tóxico da Secretaria de Segurança, sendo de sua autoria o anteprojeto que criou; na criação e estruturação da Comissão de Prevenção ao Tóxico, a qual integrou durante alguns anos como instrutor.

O fato mais marcante de sua atividade na sociedade paranaense, foi a idealização e fundação da "Liga Comunitária Paranaense de Combate do Tóxico"- LICOPAR da qual ainda é o presidente desde sua fundação, até hoje, já percorreu a maioria das localidades paranaenses realizando palestras preventivas à toxicomania nas Escolas e Comunidades Sociais; religiosas, clubes de serviços, lideranças etc.

Através da LICOPAR, em diversas oportunidades, projetou bem alto o nome do Paraná em Seminários, encontros, congressos e conferências e, com a LICOPAR, colocou em situação de destaque o Paraná no campo da prevenção educacional e da reabilitação de toxicômanos, pois, além da ação preventiva que vem realizando, realiza o tratamento de toxicômanos com excepcional sucesso, tendo alcançado, nestes 14 anos, uma média de 100 (cem) reabilitações anuais. É incontável o número de famílias paranaenses que foram beneficiadas pelo trabalho já desenvolvido. Muitos milhares (mais de 100.000) jovens paranaenses já receberam as mensagens por ele transmitidas acerca dos malefícios das drogas.

Foram grandes e muito sérias as dificuldades que já teve de enfrentar em função dessa ação social. De muitas maneiras tentaram impedi-lo de continuar essa ação, inclusive com atentados a sua vida por três vezes, e com a acusação e denúncias que o levaram a enfrentar os tribunais e que expuseram a entidade que preside a uma ação de dissolução judicial, tendo sido, no final, absolvido pelos tribunais por unanimidade e conseguido a absolvição da entidade por unanimidade.

Muitas barreiras se ergueram contra ele, mesmo dentro das esferas oficiais

Teve de lutar tenazmente para superar a implacável perseguição que sofreu por parte dos comprometidos e interessados na comercialização das drogas. Mas seu amor à juventude paranaense o animava a cada dificuldade e, humildemente, sem alardes, a tudo superou e continua, anonimamente, a se dedicar inteiramente a essa ação que tanto engrandece o Paraná.

Como escritor e poeta, escreveu e publicou milhares de crônicas e poesias através de jornais (Diário Popular, Gazeta do Povo, O Estado do Paraná) sob os títulos de "Crônicas da Cidade Sorriso", "Toxicomania e Responsabilidade" e outros eventuais, através dos quais teve oportunidade de exteriorizar seu grande amor ao Paraná, principalmente à sua juventude.

Os grandes conhecimentos que tem sobre a problemática das drogas, o tornam muito conhecido e respeitado nacional e internacionalmente, credenciando-o inclusive, a prelecionar a cadeira de "Causas e Consequências da Toxicomania" por diversas vezes, nos encontros anuais de médicos psiquiatras realizados sob os auspícios do "Programa Integrado de Saúde Mental" (PISAM).

No primeiro congresso internacional de estudos sobre o uso de drogas pela juventude universitária, realizado em São Paulo, sob os auspícios da U.S.P., sua participação teve oportunidade de projetar o nome do Estado do Paraná internacionalmente e sua ação desenvolvida através da "LICOPAR", foi tida e indicada como modelo para as nações participantes, entre as quais se encontravam Estados Unidos, Inglaterra, Israel, Suíça, França, Itália, México, Canadá e outras muitas.

Poucos foram os paranaenses que, até hoje, através de seu trabalho individual, proporcionaram tantos benefícios ao Paraná e que tiveram de superar tantas dificuldades para realizá-lo. Muitos foram os paranaenses que procuraram obstacularizar seu trabalho e que, diante das dificuldades, desertaram da ação.

Seus quatro netos são paranaenses.

Casado com a Senhora Suzette Sant'Ana Pulido, natural de Cachoeira do Itaipu - ES.

Filho de Cesário Pulido e Izaíra Manfrê.

Neto de Carlos Pulido e Gioconda Gerólamo (paternos)

Carlos Manfrê e Esterina Polastro (maternos).

Residência: Rua 13 de Maio n.º 18-apt. 1.103- Fone: 224.4875.

PROJETO DE LEI N.º 18/85

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art.1.º- Fica declarado de utilidade pública o "CENTRO CULTURAL ÁRABE BRASILEIRO DO PARANÁ", com sede na cidade de Curitiba.

Art.2.º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1985.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO.

JUSTIFICATIVA:

A Entidade que se pretende declarar de utilidade pública, vem prestando relevantes serviços no campo cultural e social, promovendo a cultura e o estudo da língua árabe, integrando-os dentro de um objetivo comum, que pode ser considerado sob o aspecto de relações bilaterais entre o Brasil e os Povos de cultura árabe.

Colabora, ainda, na medida em que fornece bolsas de estudo da língua árabe, com a formação técnico-cultural da juventude de nosso País, pois encaminha os candidatos a estágios de aperfeiçoamento técnico oferecidos por países árabes.

Afora o aqui disposto, a Entidade preenche todos os requisitos necessários para o recebimento do título, motivo pelo qual pretendemos a aprovação dos Nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N.º 19/85

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art.1.º- Às mulheres, servidoras públicas da Administração Direta ou Indireta, será facultado o gozo das férias no mesmo período do cônjuge funcionário público estadual.

Parágrafo único- No caso de um dos cônjuges ocupar cargo de professor, ao outro será dado o direito de fazer coincidir o gozo de suas férias com as da rede estadual de ensino.

Art.2.º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1985.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO.

JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente e Senhores Deputados, o Projeto de Lei que ora apresentamos para apreciação deste Plenário, visa dar aos Servidores Públicos da Administração Direta e Indireta, a chance da convivência familiar pelo menos trinta dias durante um ano de exaustivo trabalho, principalmente que em muitos casos o professor ou a professora leciona no período noturno, ficando longe de seu cônjuge durante todo o transcorrer do dia, e até altas horas da noite e as vezes exausto por força do esforço mental aplicado no sagrado dever de ensinar.

Este Projeto de Lei, visa ainda dar a oportunidade de se oferecer aos filhos destes Servidores Públicos, a alegria de conviver com seus pais, as merecidas férias escolares, tão almejadas, e que eles tenham a oportunidade também de realizarem suas viagens, o que raramente acontece, porque quando a mãe está de férias o pai está trabalhando, ou vice-versa.

Desta forma Senhor Presidente e Senhores Deputados, é que esperamos contar com o apoio dos Nobres Pares com assento neste Poder Legislativo na aprovação deste projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Ervin Bonkoski, inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. ERVIN BONKOSKI - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

" Novamente está em desenvolvimento a Campanha da Fraternidade a qual, embora promovida pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a CNBB, não é uma cruzada apenas da Igreja Católica, nem tampouco somente dos cristãos.

A Campanha é um chamamento a todos os corações, independentemente de credos.

É um chamamento, isto sim, a todos os homens, a todas as mulheres e a todos os jovens. Chamamento à reflexão, e mais que isso, às ações específicas em favor da concretização objetiva do preceito embutido no seu tema.

Este ano a Campanha se desenvolve sob o slogan "Pão para quem tem fome". E não poderia ser mais oportuno nem mais tão forte diante das contingências da vida moderna, destes dias em que cada vez menor é a preocupação com os verdadeiros "párias" gerados pelo capitalismo selvagem e pela sociedade consumista.

Oportuno porque estamos vivendo dias de euforia como se a Canaã deste País estivesse logo ali, após o 15 de março.

Oportuno porque devemos lembrar que antes da disputa de cargos, de benesses e de melhor posição temos o dever de perguntar pelo pão para milhões de brasileiros

famintos e desempregados.

Não haverá nenhuma Nova República se não houver antes o novo homem para abrir os novos caminhos.

O tema é oportuno pela esperança que traz no sentido de que neste momento em que se fala e se prega tanta coisa de novo, lembremos de um problema antigo, e quanto mais antigo mais cruel: a fome dos brasileiros.

O tema é igualmente forte, porque nos leva mais uma vez à reflexão sobre o mais terrível dos flagelos. A fome leva o melhor e mais puro caráter a delinquir. A fome rouba o senso da razão e da justiça, a fome mata o amor.

Poderá, então, perguntar o povo que já perdeu o pão e começa a perder a esperança e a dignidade: "Qual o resultado prático da Campanha da Fraternidade"?

Essa pergunta atinge a todos nós e nos coloca sobre os ombros grande responsabilidade. A resposta está em nós. Os frutos da campanha estão na razão direta do nosso trabalho.

Por menor que seja a liderança que tenhamos, por menor que seja a influência que possamos exercer, tudo deve ser usado para que passemos adiante a mensagem. E mais que isso: desenvolvamos ação concreta para que os frutos sejam muitos e duradouros.

Em outras cruzadas anteriores, a Campanha conseguiu excelentes resultados, não só na conscientização social como na busca e concretização de soluções.

Por isso, Senhor Presidente e Senhores Deputados, convido a todos a emprestar o melhor de seus esforços no sentido de tornarmos concreto o abstrato slogan da Campanha da Fraternidade de 1985.

E, devemos lembrar que milhares de irmãos têm fome. Não apenas fome física, mas fome espiritual.

A Campanha da Fraternidade dirige-se a quem tem necessidade do pão alimento do corpo e do pão do amor, alimento do espírito.

Não haverá felicidade nem união se continuarmos negando amor, justiça e igualdade de vida.

Esta é a mensagem que deixamos, e com ela a esperança de que não seja apenas uma mensagem de palavras, senão de gestos afetivos".

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) Concedo a palavra ao orador inscrito, Senhor Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

"Os Líderes e os heróis são vazios, tolos, prepotentes, odiosos e maléficos. Mentem quando se dizem intérpretes do povo e preetendem falar do seu nome, pois a

bandeira que empunham é a da morte, e para subscituir, necessitam da opressão e da violência. Em qualquer posição que assumam, em qualquer sistema de Governo ou tipo de sociedade, o líder e o herói exigirão obediência e culto. Não podem suportar a liberdade, a invenção e o sonho, têm horror ao indivíduo, colocam-se acima do povo, o mundo que constroem é feio e triste. Assim tem sido sempre, quem consegue distinguir entre o herói e o assassino, entre o líder e o tirano".

"O humanismo nasce daqueles que não possuem carisma e não detêm qualquer parcela de poder. Se pensamos em Pasteur e em Chaplin, como admirar e estimar Napoleão?"

Talvez a leitura destas expressões, tenham causado alguma indignação por parte dos Senhores. A considerar válidas as considerações estendidas, todos os líderes estão enquadrados como vazios, tolos, prepotentes, odiosos e maléficos, desde o Governador do Estado, o seu Secretariado, como também os Deputados.

O trecho que li não se encontra em obra de leitura facultativa. O texto extraído do contexto de Jorge Amado - "O Menino Grapiúna" - é leitura obrigatória para todos os alunos da sétima série das escolas da Rede Estadual de Ensino. Está contido na obra "Reflexão e Ação", publicada pela Editora do Brasil S/A, e aparece o nome como autora de Marilda Prates que, entretanto, não é identificada se é professora, se é pedagoga ou o que faz da vida.

O fato é que esta obra foi adotada pela Secretaria da Educação para ser usada obrigatoriamente em todas as escolas de 5.<sup>a</sup> a 8.<sup>a</sup> do nosso Estado.

Na página seguinte, página 170 do volume para esta 7.<sup>a</sup> série, cursada por adolescentes de 13 a 14 anos, entre outras sugestões para reflexão deles estão as seguintes:

1) - "Quantas pessoas gostariam de ser como Hitler e eliminar uma multidão de pobres.

E como orientação ao professor, consta o seguinte:

"Respostas pessoais. Ex: "Os poderosos consideram os pobres um objeto para ser jogado fora para serem eliminados! "

Uma outra colocação é a seguinte:

2) - "Alguns homens têm medo das consequências de seus pronunciamentos, das críticas que poderão sair nos jornais... Na realidade, esses homens deveriam ter medo da sua própria consciência que condena, se revolta e faz deles revoltados. O que fazem esses homens?"

"Respostas pessoais. Ex: "Vendem a própria vida numa prostituição profissional contínua".

Na mesma página muitos heróis são descritos caracterizados pela seguinte colocação, no item "Reflexão e Ação Mental":

"Ser herói não é lutar contra os hostis inimigos em sangrentas batalhas. Ser herói é lutar pela vida, usando como arma apenas o salário mínimo".

Na página seguinte (Página 171), nas atividades de redação e exercícios de pontuação temos:

"Pobre serve de degrau para subir, nunca para descer".

Em exercício seguinte, para indeterminar o sujeito das frases, o aluno é convocado a raciocinar em cima do seguinte exemplo:

"Reclamamos contra as regras injustas.

Reclamam contra as regras injustas.

Reclama-se contra as regras injustas".

Seguindo o exemplo, deve o aluno partir da frase:

"Trabalhamos muito neste País".

Todas estas sutilezas encontram-se em apenas três páginas da obra. Muitos outros convites a atitudes reacionárias poderão ser observados.

Voltaremos a analisá-las, mas desde já faremos registrar o nosso protesto esperando que a Secretaria da Educação revise a adoção da tal obra. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Senhor Deputado Tadeu França.

O SR. TADEU FRANÇA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Estamos propondo a esta Casa, o envio de cumprimentos ao jornalista Roberto Marinho, Diretor-Presidente das Organizações Globo, pela brilhante divulgação do Programa de Eletrificação Rural Comunitário, que está sendo levada pela Secretaria de Estado do Interior, sob a orientação do brilhante Secretário Nelson Friedrich.

Na realidade, o Paraná, sob o Governo do PMDB, voltou a sua preocupação particularmente para os marginalizados, para os oprimidos, para os carentes. E é dentro deste sentido que, após havermos enfatizado sobejamente as condições e o alcance genuinamente popular do projeto mutirão do setor habitacional, nós, brasileiros, assistimos ainda há pouco a apresentação no Programa "Globo Rural" daquilo que pode ser feito, quando o objetivo é levar os benefícios da energia elétrica aos pequenos proprietários rurais, em regiões mais ermas, desassistidas e carentes.

É por esta razão que enquanto estamos à espera de que no plano governamental, não apenas a nível de Estado como de União, venha a incluir-se no Programa de Eletrificação Rural Comunitário, enfatizemos, que por si mesma esta experiência, no Paraná, constitui-se como uma grande vitória do senso de coletividade. Regiões que não conseguiriam nem mesmo a ser enquadradas no Programa atual do CLIC-Rural, come-

çaram a receber os benefícios da eletrificação rural.

Em nosso Estado, 150 pequenos proprietários rurais de baixa renda nos municípios de baixa renda, nos municípios de Ponta Grossa e Guarapuava - converteram-se nos primeiros beneficiários do mutirão energético que está sendo conseguido a um preço de 70% abaixo até mesmo dos padrões convencionais da COPEL. Os benefícios da eletrificação rural, com toda a certeza estendidos também a esa área mais carente, haverão de contribuir efetivamente para a fixação do homem no campo e para que o mesmo não venha a ser marginalizado nas zonas periféricas das grandes cidades.

Por outro lado, estamos propondo um envio de um telex ao Presidente em exercício, José Sarney, e à própria Senhora Primeira Dama, Dona Risoleta Neves, no sentido de que se acompanhe aquilo que foi uma prática no passado, quando o ex-Presidente Figueiredo estava enfermo, até mesmo no leito, havia tomadas de cena e divulgação pelos meios audio-visuais e escritos, das condições de saúde do então Presidente João Figueiredo. E é porque está existindo a apreensão e até mesmo versões paralelas sobre os fatos que estariam ocorrendo em Brasília, que estamos pedindo para que acenem com uma resposta, no sentido de que seja propiciada uma tomada de cena da imprensa oficial do próprio leito ou do quarto onde está o Presidente Tancredo Neves. Mesmo porque, o distanciamento do povo brasileiro, com relação ao seu populárrimo líder, está causando, sem qualquer sombra de dúvida, um clima de inquietação, de preocupação, ou início pelo menos de uma angústia que vai tomando conta porque, mais do que nunca, é preciso que não se ocupe pelo menos a imagem do Presidente Tancredo Neves, com relação aos olhares da população brasileira.

Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) Concedo a palavra ao orador inscrito, Senhor Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA - Senhor Presidente e nobres Senhores Deputados.

Lamentavelmente na véspera de assumir o governo acometido de um mal súbito, foi Sua Excelência o Doutor Tancredo Neves, submetido a uma intervenção cirúrgica, o que impossibilitou a sua posse.

Até aí nada de mais, uma simples, uma mera fatalidade. No entanto, como há um desencontro violento de opiniões e de informações prestadas pelo estado do Doutor Tancredo, pondo, inclusive, em controvérsia dois dos médicos mais importantes, o cirurgião e o clínico que o assistiram.

A Nação está preocupada. No Brasil não se fala em outra coisa a não ser no episó-

dio, no problema do Doutor Tancredo. E eu, honestamente faço votos para o seu pronto restabelecimento.

Mas, enquanto isto não acontece, é intenção da cúpula governamental mostrar que o País não está parado, através de reuniões com o Vice-Presidente no dia de ontem com o ministério, e este leu o discurso, a carta que o Doutor Tancredo iria ler se estivesse em condições normais. Mas, eu honestamente não acredito Senhor Presidente Senhores Deputados, que o País desenvolva uma plena atividade que não exista solução de continuidade.

O que está fazendo o Vice-Presidente José Sarney é empurrar com a barriga, problemas que deveriam estar hoje resolvidos.

Portanto, eu por mais que não tenha o direito mas faço aqui um veemente apelo aos homens que dão informações à imprensa e esta por sua vez a todos os brasileiros, que haja uma lealdade ao passar esta informação. Nos não estamos na Rússia, um País totalitário, onde necessário se faz que os fatos importantes sejam encobertos para evitar para que a Nação fique intranquila.

Nós queremos do Brasil uma demonstração inequívoca de lealdade com a verdade, doa e fira a quem doer. Que o quadro clínico do Doutor Tancredo seja mostrado a toda a Nação. Que não se afirme que ele está andando, caminhando no quarto, que eu faço votos, sinceramente, que ele comece a andar e reassuma o Governo. Mas que não se afirme isto e não se permita que a imprensa sequer fotografe ou possa um canal de televisão filmá-lo para que a Nação possa respirar tranqüilamente.

Porque, para mim o Doutor Tancredo, muito embora eu não seja seu adepto, já disse que se fosse membro do Colégio Eleitoral votaria em Paulo Maluf por coerência política.

Mas, muito melhor com Tancredo que tem um passado confiável; um passado que dá tranqüilidade que recomenda, muito melhor com Tancredo Neves do que com José Sarney que tem um passado nebuloso.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Encerrado o Pequeno Expediente. Não havendo oradores inscritos para o Grande Expediente, consulto à Liderança do PDS se deseja usar seu horário.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PFL se deseja fazer uso do seu horário.

Com a palavra o Senhor Péricles Pacheco.

O SR. PÉRICLES PACHECO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"Na sociedade pluralista que vemos am-



pliar-se com o advento da chamada Nova República, nada mais natural que ela abrigue diversos partidos políticos, atendendo à variadas correntes ideológicas, como caminho mais natural - ou conduto mais correto para a autêntica expressão de uma sólida democracia.

Os teóricos e os exegetas do espírito do liberalismo político e econômico poderão enunciar, a mancheias, toda uma farta bibliografia a apontar as democracias européias como plenamente maduras e ricas em resultados inegavelmente positivos na condução de seus governos.

Esta introdução, despretensiosa, pretende ser ponto de partida para - de forma sucinta, objetiva - oferecer a este plenário, caixa de ressonância das grandes decisões políticas do Paraná, alguns pontos que consideramos salientes do Partido da Frente Liberal - o PFL -, agremiação político partidária a que tivemos a honra de ingressar, fazendo agora parte de seus quadros.

Na opção madura e conscientemente feita pelo Partido da Frente Liberal, não realizamos o mero gesto de troca de sigla Partidária. Não deixamos, apenas, um partido para entrar em outro. E nem nos despedimos dos antigos e bons companheiros de jornadas em torno da causa pública para, sofregamente abraçarmos uma nova identidade partidária porque está - momuram algumas vozes carregadas de timbres até irônicos - estaria simplesmente assumindo parcela do poder decisório na Nova República.

Senhor Presidente, Senhores Deputados: O Partido da Frente Liberal, a que temos a honra de agora pertencer, nasceu com propósitos bem definidos como os de oferecer através de homens largamente provados na vida pública nacional, uma contribuição renovadora para este momento que se afigura uma grande encruzilhada na vida da Nação.

Traz, o Partido da Frente Liberal, peça decisiva na eleição do presidente Tancredo Neves, em 15 de janeiro passado, a responsabilidade de pugnar por um ideário em que se alinham pontos capitais para a Nação que não mais pode ver-se separada do Governo e das suas decisões:

Surge o Partido da Frente Liberal animado pelo espírito de um novo humanismo, respeitando os valores básicos de uma sociedade moderna e capitalista mas que, ao mesmo tempo, terá - de vez por toda - que colocar o homem em seus anseios como princípios e fim de quaisquer projetos.

Há fortes traços, neste Partido da Frente Liberal, a lembrar aqueles enunciados pela escola da Economia e Humanismo, gerada no pós-Guerra pela magistral figura humana que foi o padre Lebrecht, e cujo trabalho de planejamento todos nós no Paraná, hoje, de alguma forma, tiramos partido.

Pois é notória, Senhor Presidente e

Senhores Deputados, a importância que assumimos no processo de modernização do Estado do Paraná, a partir do primeiro Governo de Ney Braga, a visão daquele sacerdote que retirou desta terra das araucárias o cognome que apenas simpaticamente a defina como novo eldorado.

Lebrecht deu as pinceladas, traçou as diretrizes básicas que toda a plêiade de administradores, então abrigados no extinto PDC, levou adiante, até permitir com que nosso Estado ganhasse os contornos fundamentais que passaram a identificá-lo como uma unidade **particularmente diferenciada entre as demais da Federação.**

Vinte e tantos anos depois, a nova realidade paranaense, o novo quadro nacional, tudo está a exigir uma nova postura dos administradores públicos e dos legisladores para que, de uma vez, exorcizemos os fantasmas domésticos que aqui perduram e ameaçam a nossa estabilidade como Estado da Federação Brasileira.

E as respostas para que encontremos a plena harmonia do desenvolvimento - o social e o econômico equilibrada e justamente repartidos - estarão certamente no assumirmos também novas posturas político-partidárias.

E por acreditarmos que o Partido da Frente Liberal sintetiza as aspirações do povo brasileiro de renovação, dentro da ordem constituída, promovendo uma revolução de idéias e uma revolução de valores morais, com primado do moral sobre a frieza de meramente legal, é que optamos por esta nova caminhada.

Nela, Senhor Presidente e Senhores Deputados, não estamos sozinhos. Os que conosco partilham dessa jornada, deste alvorecer de um novo partido político, estão fazendo - acreditamos com toda convicção - também uma opção de vida. Estamos, no Partido da Frente Liberal, não apenas sacudindo a poeira de um passado sobre o qual não mais comportam lamentações.

Mas, estamos, sobretudo, convictos que a comum identidade dos homens do PFL e o que eles têm significado na vida do País nestes últimos anos, é um penhor de inestimável segurança.

Nesta sociedade pluralista que a Nova República recebe com a incumbência de alargar - ampliando os canais de expressão de todos os segmentos da sociedade - o Partido da Frente Liberal está não apenas junto. Nós queremos ser, nesta aurora de novos tempos, uma peça fundamenteal.

Recorremos às categorias de análise que o bom senso e o espírito democrático nos recomendam recorramos. A meta final é uma Nação que não mais veja se ampliarem as distâncias que separam, infelizmente, capital e trabalho, mas ajudando a promover uma justa distribuição de riqueza nacional. Não pugnamos pela eliminação daqueles que, com seu capital e sua tecnolo-

gia, colocaram este País entre as oito grandes potências industrializadas do mundo, e que é uma verdade inegável.

Queremos, isto sim, uma opção referencial pela Nação brasileira, como um todo, que não seja excludente, que não estabeleça fosso entre ricos e pobres. Uma Nação - a Nação que esperamos ver implantada pelo espírito da Nova República e tendo como alavanca essencial o PFL - em que todos terão vez e voz, no harmônico repartir o pão, vencendo as barreiras dos sectarismos e dos egoísmos que tão freqüentemente, ao longo de nossa História, têm feito os interesses pessoais se sobreporem aos da comunidade.

Justiça social, uma nova Constituição - e não mais esta colcha de retalhos que aí temos -; efetivos programas de apoio às atividades agropecuárias e industriais; o alargamento de nossas fronteiras comerciais; uma previdência social capaz de assegurar o atendimento médico e outros tantos benefícios que hoje se constituem quase que em meros paliativos que tanto humilham as camadas mais pobres da população; uma universidade que se preocupe não apenas em formar profissionais para o mercado de trabalho, mas que se constitua em grande laboratório das decisões e do progresso nacionais; a austeridade na gerência da coisa pública, capaz, de vez toda, de restabelecer em cada um de nós a confiança nos governos...

Estas são, Senhor Presidente, Senhores Deputados, algumas das aspirações que, sendo da Nação, são do Partido da Frente Liberal. São aspirações que estão embutidas na programática do Partido político pelo qual optamos. Delas queremos fazer, no PFL, muito mais do que altissonantes figuras de retórica. Nelas encontramos uma alternativa inquietante para o assentamento de uma nova ordem. São metas partidárias que, se dependerem do Partido da Frente Liberal, constituir-se-ão, de uma vez por toda, na saída desse labirinto em que o país se debate, às voltas com uma astronômica dívida externa e não menos assombrosa dívida interna que o Governo vai contornando ou contemporizando.

Esta análise objetivamente simples, não é, no entanto, simplista. E se ela não revela novidades aos Senhores Legisladores, espectadores - como nós - quase sempre impotentes para alternar um ordenamento castrador do Legislativo na sua intenção de mudar todo este estado de coisas que nos conturba e atemoriza, será um ponto de reflexão.. E se isto tivermos conseguido, nos daremos por satisfeitos e mais ainda porque assim teremos explicado - com clareza meridiana - os quês e os porquês de nossa adesão ao Partido da Frente Liberal."

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) No horário reservado à Liderança do PMDB, consulto se deseja fazer uso do horário.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Por 10 minutos, o Deputado Roberto Requião e o restante do horário, Ferrari Júnior e Tadeu França.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Dia desses, um tecnocrata do tipo que se encarapita em altos cargos federais, tal e qual um peru de Natal em véspera de ser abatido, recitou seu epitáfio:

"Os políticos são venais, corruptos e indignos de confiança".

O Senhor Gilberto Garbi generalizou uma verdade que deve servir como uma luva para o poder político que o manteve por muitos anos, no comando da TELEPAR.

Tentando prevenir que nas danças e contradanças da Nova República, nos ressurja, em nova e atraente embalagem o boquirroto tecnocrata, como postulante e algum cargo importante, de polpudos vencimentos, vamos registrar dessa tribuna, reflexos de sua expressiva carreira, sempre avalizada por um poder político, que ele mesmo definiu como "venal, corrupto e indigno de confiança".

"TELEPAR joga fora 50 bilhões de cruzeiros pagos pelo curitibano".

Manchete de um de nossos órgãos de imprensa, em 16 de maio de 1973.

Tratava-se da substituição do sistema telefônico de Curitiba. Pretendia-se a mudança do sistema telefônico da STANDARD ELETRIC, aprovado pela TELEPAR, e que na época, se dizia funcionar mal, por outro: fabricado pela empresa alemã SIEMENS, hoje EQUITEL.

A STANDARD tinha um contrato com a TELEPAR, no qual assumia a responsabilidade pelo funcionamento do sistema. Mas, sem licitação, processos contra a STANDARD ou qualquer medida pertinente, a SIEMENS foi contratada.

Pagou o usuário do sistema.

A TELEPAR declara, na época, publicamente, que o Sistema era imprestável em Curitiba, e iria ser aproveitado no interior. Se prestasse no interior, prestaria em qualquer parte. Se não prestasse, não prestaria em parte alguma.

Quem hoje visita o prédio da TELEPAR, situado à Travessa Jesuino Marcondes e à Rua Visconde de Nacar, onde o tecnocrata em tela desfila impropérios contra a classe política, verifica que lá convivem, em harmonia, 30 mil terminais telefônicos da STANDARD ELETRIC, com outros tantos da empresa SIEMENS.

Naquela ocasião, o Diretor-Técnico da TELEPAR, era o mesmo detrator de políticos que, até agora, o preside: o Senhor Gilberto Garbi.

Os dirigentes da TELEPAR fazem praça da qualidade dos serviços que oferecem. No entanto, cada assinante deste Estado tem consciência da indústria ilegal, dos supostos excessos de impulsos que aumentam os lucros da empresa e engordam indiretamente, a participação de seus Diretores nesses mesmos lucros. Analisemos, agora, como a TELEBRÁS nos tomou a TELEPAR. A TELEBRÁS investiu em um dos planos de ações com direito a voto, assumindo o controle acionário da TELEPAR.

Operação lesiva aos interesses do Estado e praticada com o conhecimento tácito do então Governador, hoje membro do PFL, Partido da Frente Liberal, Ney Aminthas de Barros Braga.

Na mesma época, outras empresas souberam resistir ao assédio da TELEBRÁS. A CRC, Companhia Rio Grandense de Telefone, ampliou a sua rede tal e qual fez Curitiba, com o repasse de recursos do Fundo Nacional do Telefone, recolhidos pelos próprios usuários gaúchos, sem troca de qualquer participação acionária.

Lá, no Rio Grande do Sul, a empresa estadual de telefones não estava envolvida com corruptos venais, corruptos e indignos de confiança, como os conhece o Senhor Garbi, generalizando para todos os atributos dos que priva.

Hoje, no Paraná, a densidade de telefonia rural é baixa, o atendimento ao interior deixa a desejar. No entanto o Senhor Gabriel Garbi nos informa em entrevista, que alguns bilhões de cruzeiros arrecadados pela TELEPAR foram repassados à empresas telefônicas congêneres de outros Estados.

Os mesmos tecnocratas que maximizam lucros que lhes aumentam os salários, são extremamente duros com seus funcionários. Tem como política despedir funcionários que recorrem à justiça para garantir direitos. Trabalhadores fazem horas extras sem recebê-las. Enquanto isto, os tecnocratas, como perus de exposição, demitem antigos funcionários para exibir a "melhor relação de empregados por número de telefone".

Já tive a oportunidade de analisar no varejo desta tribuna, a contratação da "Empresa Tubonive Ltda", para construção de cisternas elevadas na região de Curitiba.

Parecia coisa pequena, mas era a tentativa de introduzir em larga escala, produtos dessa empresa que corria risco de falir. A denuncia frustrou a manobra. A empresa "Tubonive", conforme soubemos pela imprensa, teve sua falência requerida.

Coisas de família, de parente, desta gente que convive com o Senhor Gilberto Garbi. MUDA BRASIL!

Não quero acreditar que dentro desta Asembléia haja um só político que prestigie o continuismo na Companhia Telefônica

do Paraná.

Se houve tal espécie de político, já terá a sua denominação conceituada anteriormente pelo Senhor Gilberto Garbi.

Corrupto e venal.

Senhores Deputados...

O Sr. Ferrari Júnior - Permite um aparte. (Assentimento).

Nobre Deputado Roberto Requião, Vossa Excelência aborda um assunto realmente importante, e mesmo porque envolve a classe política brasileira. Esse assunto estourou, inclusive nas páginas de jornais quando esta Casa estava em recesso.

E Vossa Excelência traz em boa hora esse assunto, manifestando a posição da classe política, sua e de seus companheiros, e rebatendo as palavras desse cidadão.

Corrupto, nobre Deputado, todos nós sabemos, é aquele que rouba, é aquele que recebe algum dinheiro indevidamente. Corrupto, como se diz na gíria popular, é aquele que mete a mão no pote. Então corrupto é o Senhor Gilberto Garbi, que além dos assuntos que Vossa Excelência focaliza com muita propriedade, admitiu durante muitos anos como Presidente desta companhia que suga o sangue dos paranaenses. Permitiu, por exemplo, a cobrança do Fundo Nacional de Telecomunicações, que comprovadamente é um roubo, ao povo do Paraná e do Brasil. E se o Presidente da TELEPAR durante tantos anos assistiu tranquilamente a esse assalto aos bolsos dos paranaenses, é tão mais corrupto, tão mais venal, do que aquilo que ele quis se expressar, na sua manifestação recente.

Muito Obrigado.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Senhores Deputados: Para encerrar quero registrar o protesto dos Diretórios da 1.<sup>a</sup>, 2.<sup>a</sup>, 3.<sup>a</sup>, 4.<sup>a</sup> e 145.<sup>a</sup> Zonas Eleitorais do PMDB contra indicação de um dos políticos que privam do convívio do Senhor Gilberto Garbi, o Senhor Ney Amintas de Barros Braga. Os diretórios estão indignados, de que este acordo PMDB com a Frente Liberal venha restabelecer o predomínio das forças que foram derrotadas em novembro de 82.

Assume a Presidência o Senhor Deputado Caíto Quintana.

O SR. PRESIDENTE - (Caíto Quintana) Consulta a Liderança do PMDB se fará uso do horário restante.

O Sr. Adhail Sprenger Passos - Deputado Ferrari Júnior, por cinco minutos, e, após o Deputado Tadeu França pelo restante do horário da Liderança.

O SR. PRESIDENTE - (Caíto Quintana) Por cinco minutos do Deputado Ferrari Júnior.

O SR. FERRARI JÚNIOR - Senhor Presidente, nobre Senhores Deputados:

A classe política necessita realmente tomar bastante cuidado, em tudo o que ocorre ao seu redor. O nobre Deputado Roberto Requião protestava com veemência, e com muita propriedade, com referência ao que disse o Senhor Presidente da TELEPAR recentemente. É uma classe realmente visada, a classe política. E é bom, que a gente se precavenha, para que essa classe que durante 20 anos viu-se massacrada, amordaçada, possa ocupar efetivamente o seu lugar de destaque na vida nacional, para ajudar, de verdade, o Brasil, a encontrar os seus grandes destinos.

Eu me recordo, Senhor Presidente, Senhores Deputados, uma matéria que li ainda hoje, na edição, de um dos dias da edição da semana passada, de o "Diário do Norte do Paraná", da minha cidade, da cidade de Maringá, a matéria falava que contraventores do jogo do bicho haviam feito uma reunião em Curitiba, 22 banqueiros do jogo do bicho, numa reunião como faz normalmente a máfia internacional, e havia decidido que vai entregar, um bilhão de cruzeiros por mês, para entidades assistenciais do Paraná, ou mais precisamente, a PROMOPAR ou PROVOPAR, não me lembro bem, mas uma entidade ligada ao governo do Estado do Paraná.

Como conheço bastante, o posicionamento do Governador José Richa, de membros do Governo do Estado do Paraná, e dos assessores que rodeiam o Chefe do Executivo do Estado do Paraná, eu tenho a mais absoluta certeza, que esta notícia foi simplesmente plantada neste órgão de imprensa, e talvez, em outros jornais, eu não tenha tido a oportunidade de ler.

Contudo, torna-se necessário, que o Governo do Estado do Paraná, imediatamente tome uma posição, e faça um desmentido desta notícia, por que é inconcebível, que isso possa ocorrer, e em ocorrendo, vem frontalmente, contra a classe política do Estado do Paraná.

Ora, se a contravenção, se o jogo do bicho é uma contravenção, e conseqüentemente está à margem da Lei, não é possível que o Governo do Estado do Paraná, ou que qualquer órgão do Governo do Estado do Paraná venha aceitar qualquer tipo de contribuição que saia desta contravenção.

Se isto acontecer, é evidente que aqueles que buscam agredir a classe política do Estado do Paraná e do Brasil, esses encontrarão motivos de sobra, para naturalmente dar vazão a sua intempestiva maneira de proceder.

Falava ainda a matéria, da reunião de banqueiros do jogo do bicho para expulsar outros banqueiros que invadem os seus redutos. Aí viria a pergunta: ora, se o jogo do bicho é uma contravenção, e se banqueiros fazem reuniões, num Hotel em Curitiba,

onde a imprensa toma conhecimento, inclusive a imprensa do Interior, onde outras pessoas tomam conhecimento, qual a posição dos homens encarregados da segurança pública do Estado do Paraná? Será que este assunto, esta reunião da Máfia não chegou ao conhecimento dos Organismos de Segurança do Estado do Paraná? Quem está acobertando a atitude dos que praticam a contravenção? Quem está levando dinheiro nessa história toda? É preciso que este assunto seja debatido com mais seriedade e com mais firmeza e que o próprio Governador do Estado do Paraná, e lance um apelo, à Liderança da bancada do PMDB para que assim aja junto ao Governo do Estado do Paraná, para que desminta categoricamente esse tipo de notícia, porque justamente vem macular, vem sujar, vem agredir ao Governo do Estado do Paraná que é um Governo sério, que é um Governo honesto e que vem agredir a própria classe política do Estado do Paraná.

Claro que as entidades assistenciais necessitam de ajuda, é evidente, que um bilhão de cruzeiros por mês seria uma ajuda substancial a entidades assistenciais, mas, em primeiro lugar, para que nós possamos realmente ter moral para conduzir, para dirigir uma entidade assistencial, em primeiro lugar, é preciso que o dinheiro que se canaliza a essa mesma entidade assistencial, seja um dinheiro sério, um dinheiro honesto e não um dinheiro oriundo de uma contravenção. Com a palavra, o Governo do Estado do Paraná. (Sem revisão do orador).

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS - Senhor Presidente, pela ordem.

Para que o nobre Deputado possa concluir o seu pronunciamento, a Liderança lhe concede mais três minutos, se Vossa Excelência assim também concordar.

O SR. PRESIDENTE - (Caíto Quintana) Informo a essa Liderança, que, por Resolução da Casa só para esclarecer, as Lideranças de Partido ficaram diminuídas para vinte minutos. Portanto, resta apenas cinco minutos para o deputado Tadeu França.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS - Senhor Presidente, tendo em vista que o Deputado Ferrari já se ausentou da tribuna, então o restante do tempo caberá ao Deputado Tadeu França.

O SR. PRESIDENTE - (Caíto Quintana) Com a palavra, o Senhor Deputado Tadeu França.

O SR. TADEU FRANÇA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ao despertar da Nova República, entre tantos problemas, um deles merece nossa especial preocupação.

A grande verdade é que no processo de mudança do País, estão a clamar por mudança, setores que não conheceram no passado a crise. É por isso que na realidade, nossos doutores também estão em crise. (Lê):

"Às centenas e aos milhares, vai se avolumando a procissão de médicos, engenheiros, advogados e outros menos importantes monstros sagrados da sublime casta dos doutores, que estão sofrendo há muito a cotidiana dor dos mortais desassistidos e alvejados pela crise de cada dia.

De acordo com nossa tradição, nos sonhos da criança, ainda no berço, sempre flutuou o sonho paterno de anexar ao nome do filho pomposa chancela de doutor. E agora, o que fazer, se até este sonho imerso está em pesadelo? Se até mesmo os intocáveis doutores de ontem ainda, estão agora puxando o cordão imenso dos desempregados?

Uma profunda REFORMA UNIVERSITÁRIA precisa surgir ao embalo das mudanças que estão por nascer em nosso país. É preciso que tenhamos a coragem de manipular números e levantar uma estatística que até hoje, por nossa vocação bacharelista, não tivemos a coragem de fazer. Mais do que a pompa das formaturas universitárias, é preciso mapear o drama de nossos doutores. Onde é que estão todos eles? Qual o índice de aproveitamento nas funções para as quais se debateram por anos a fio nos bancos da Universidade, após a corrida louca dos vestibulares?

Acima de tudo, é urgente que olhemos frente a frente UMA TABELA DRAMÁTICA QUE AINDA NÃO TIVEMOS A CORAGEM DE ACEITAR: O EXTENSO EDITAL DOS DOUTORES DESEMPREGADOS. E eles custaram muito à economia familiar e aos orçamentos comunitários... para se converterem em inativa força de trabalho.

É hora de abrir de par em par a discussão em torno da Universidade Brasileira em crise. As paradas habituais das greves poderiam também converter-se em momentos preciosos para se reavaliar toda a estrutura. Nossa Universidade continua sendo um potencial imenso, mas tantas vezes à margem da dinâmica social. É preciso readaptá-la, ainda que sob radicais transplantes, às exigências de cada realidade dos muitos brasis que nós somos.

De que adianta o "status" de um médico vendendo cosméticos nos grandes centros urbanos... enquanto prosseguimos sendo, a nível dos subúrbios e do agreste sertão, uma das maiores fábricas mundiais de anjinhos... todos eles aureolados pelo impossível acesso à mais elementar assistência médica?

É claro que a Universidade tem que ser a força propulsora do trabalho de reconstrução nacional. Só que ela não pode continuar sendo "CARETA". Tem que se flexionar à nossa realidade. Tem que passar pelo banho do povo, pois Universidade que

não seja popular acaba sendo entretenimento caro dos filhos da burguesia.

MUDAR, às vezes traz consigo as marcas da contradição e, em certos casos, até do escândalo. Nos seis anos que foram gastos, por exemplo, para formar um médico, morreram desassistidos milhões de brasileirinhos. E o que é que está fazendo o campus avançado que perdeu tempo e muito dinheiro praticando um assistencialismo estéril, mas que não formou um "médico popular", nascido lá no sertão e que, sem vestibular e sem láureas de acadêmico, zelasse de sua gente? Que um médico de seis anos de banco universitário e portador de "longo diploma" venha até a coordenar e orientar esses tão necessários "médicos populares" do nosso Brasil agreste, vá lá, mas ficar à espera de que os nossos doutores formados nas grandes cidades submetam-se aos resmungos de decênios de que o "problema é distribuí-los pelo Brasil a fora" é o mesmo que adiar ao indefinido uma questão emergente.

Vamos todos juntos descer do pedestal. De outra forma será impossível MUDAR, mesmo porque o preço de uma alienação deslumbrante haverá de ser fatalmente a incólume continuidade da formidável fábrica de doutores idealistas, mas lamentavelmente desajustados".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Caño Quintana) - Está encerrada a Hora do Expediente,

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 57 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Fúria Nacli, constante do expediente, solicitando 15 (quinze) dias para tratamento de saúde, à partir de 18 de março do corrente ano. Inclua-se na Ordem do Dia 19/03/85.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Ervin Bonkoski, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia; conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 170/84, de autoria do Deputado NILSO SQUAREZI, que declara de utilidade pública a "SOCIEDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO", com sede no Município de Pato Branco. Com PARECER FAVORÁVEL

da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 179/84, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY E OUTROS, que estabelece que a taxa Adicional instituída pelo Art. 2º da Lei nº 7809, de 29/12/83, será destinado 50% (cinquenta por cento) a programas de Assistência ao Menor e 50% (cinquenta por cento) ao Fundo Penitenciário, na forma que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.

#### PROJETO DE LEI Nº 179/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1º - A taxa adicional instituída pelo Art. 2º da Lei nº 7809, de 29 de dezembro de 1983, terá a seguinte destinação: 50% (cinquenta por cento) a programas de assistência ao menor e 50% (cinquenta por cento) ao fundo penitenciário, criado pela Lei nº 4955, de 13 de novembro de 1964.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07 de agosto de 1984.

(\*) ANIBAL KHURY

Apoio: Nelson Vasconcellos, Orlando Pessuti, Acir Mezzadri, Jorge Maia Filho, Roberto Requião, Tadeu Lúcio Machado, Péricles Pacheco, Caíto Quintana, Osvaldo Alencar Furtado e Paulo Furiatti.

#### JUSTIFICATIVA:

Indubitavelmente, o aumento do índice de criminalidade no País, atinge níveis assustadores. Diversas propostas tem sido apresentadas para que se possa proporcionar aos cidadãos a tranquilidade e segurança necessária a uma vida útil e produtiva.

Nós somos daqueles que acreditamos que a atuação do Poder Público, no que concerne à segurança da população e o controle das manifestações de violência, que atemorizam e fazem viver em contínuo sobressalto, deve-se consubstanciar, principalmente, no atendimento ao menor desamparado que se obtiver no período crucial de sua existência a orientação segura, no sentido de vir a levar uma vida honesta e produtiva, não virá a ser o marginal de amanhã, semeando violência e inquietação no seio da sociedade.

É por isso mesmo que julgamos muito oportuno o presente plano de lei, para o qual solicitamos o indispensável apoio desta Casa.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

#### PROJETO DE LEI Nº 179/84

#### PARECER:

O projeto de lei em questão, iniciativa do nobre Deputado Anibal Khury, pretende que a taxa adicional instituída pelo Art. 2º da Lei nº 7.809, de 29 de dezembro de 1983, terá a seguinte destinação: 50 por cento a programas de assistência ao menor e 50 por cento ao fundo penitenciário, criado

pela Lei nº 4.955, de 13 de dezembro de 1964.

A intenção do autor é carrear maiores recursos ao atendimento ao menor desamparado, dando-lhes condições de levar uma vida honesta e produtiva. Merece, portanto, nosso integral apoio.

No que cabe a esta Comissão de Constituição e Justiça examinar, não encontramos qualquer óbice de natureza constitucional, legal ou regimental que impeça a tramitação da matéria.

Neste sentido, manifestamos o nosso parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 18 de setembro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

#### ARTAGÃO MATTOS LEÃO

Relator.

#### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 179/84

#### PARECER:

De autoria do nobre Deputado Anibal Khury, com apoio de diversos deputados, o presente projeto tem por finalidade destinar 50 por cento para o Programa de Assistência ao Menor da taxa adicional instituída pelo Art. 2º, da Lei nº 7809, de 29 de dezembro de 1983.

A matéria já foi devidamente analisada na Douta Comissão de Constituição e Justiça que a julgou legal, constitucional e regimental, dando-lhe parecer favorável.

Quanto ao aspecto financeiro a que é chamada a opinar esta Comissão, não encontramos nada que venha a obstruir sua tramitação normal por esta Casa.

Isto posto, nosso parecer é favorável, por sua aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 17 de outubro de 1984.

(aa) ERVIN BONKOSKI

Presidente

#### EZEQUIAS LOSSO

Relator.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando o adiamento da discussão e votação, por 10 (dez) sessões, para o Projeto de Lei nº 179/84, de minha autoria e constante da Ordem do Dia marcada para a sessão de hoje. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão e votação do Projeto de Lei nº 179/84, por 10 (dez) sessões.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana) - Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Tadeu Coco Denis, ocorrido no dia 18 de março do corrente ano, nesta Capital. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor José Cavassin, ocorrido no dia 14 de março do corrente



ano, nesta Capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor José Saad, ocorrido no dia 17 de março do corrente ano. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo a liberação de recursos financeiros a serem aplicados na construção de uma sede própria para o Sindicato dos Trabalhadores Rurais no Município de Roncador. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Agricultura, encarecendo a designação de um médico veterinário para atendimento junto ao Posto de Monta localizado no Município de Terra Boa. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, encarecendo a destinação de um rádio amador para o módulo policial construído no Município de Sertãoópolis. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a liberação de recursos orçamentários para a construção de uma ponte sobre o Rio Água da Rã, na localidade de Taquarimbé, Município de Araruna. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Cultura e do Esporte, encarecendo a liberação de instrumentos musicais para a formação de uma fanfarra para o Colégio Vicente Leporace - Ensino de 1.º e 2.º Graus, no Município de Boa Esperança. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Administração, para que o mesmo determine junto ao IPE, seja criada uma agência do mesmo no Município de Cândido de Abreu. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Administração, para que o mesmo determine junto ao IPE, seja criada uma agência do mesmo no Município de Manoel Ribas. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Péricles Pacheco, constante do expediente, solicitando

voto de congratulações pela passagem do 21.º aniversário do Município de Telêmaco Borba.

**Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Péricles Pacheco, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do aniversário do Município de Tibagi. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a criação e instalação de uma laboratório para a fabricação de soro anti-ofídico em nosso Estado. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro da Educação e Cultura, encarecendo para que o nosso Estado passe a contar com escolas agrotécnicas (escolas fazendas), mantidas pela União através da Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário (COAGRI). **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Presidente da República em exercício e a Senhora Risoleta Neves, encarecendo uma resposta ao anseio do povo brasileiro que está pretendendo ao menos ver no vídeo o Senhor Presidente Tancredo Neves. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de cumprimentos ao jornalista Roberto Marinho, pela divulgação do Programa de Eletrificação Rural Comunitária, que está sendo levado pela Secretaria do Interior, apresentado no Programa Globo Rural do dia 17 de março do corrente ano. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a elaboração do projeto para construção de uma rodovia ligando o Município de Maringá a Curitiba. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Antônio Fonseca, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro dos Transportes, encarecendo a paralisação imediata de todas as balanças de fiscalização de peso de cargas transportadas por veículos rodoviários. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro dos Transportes, encarecendo seja corrigido o sistema de cobrança de multas nas balanças eletrônicas



implantadas pelo DNER nas localidades de Guarapuava  
Cascavel e Sprea, ao longo da BR-277. **Aprovado.**  
À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada  
a presente sessão, marcando outra para terça-feira,  
dia 19 à hora regimental, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

**REDAÇÃO FINAL** - Do Projeto de Lei nº 192/80

**3ª DISCUSSÃO** - Do Projeto de Lei nº 170/84.-

**1ª DISCUSSÃO** - Dos Projetos de Lei nºs 168/84 e 211/84.

**DISCUSSÃO ÚNICA** - de requerimento do Senhor  
Deputado Fuad Nacli, solicitando 15 (quinze)  
dias de licença para tratamento de saúde, a partir  
do 18 do mês em curso.

Levanta-se a sessão.